

## Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio

*Pathways between the visible and the invisible: library as a “memory place” and a place of preservation of patrimony*

por [Fabrício José Nascimento da Silveira](#)

**Resumo:** Este artigo apresenta algumas considerações acerca das interrelações que se instauram, quer no plano teórico, quer no domínio histórico-cultural, entre as bibliotecas e o universo da memória e do patrimônio. Para tanto, lança-se à tarefa de responder à seguinte questão: podem as bibliotecas contribuir de alguma maneira com o processo de salvaguarda da memória e do patrimônio, tomando-os como dimensões psíquicas e sociais que definem a percepção dos sujeitos enquanto individualidades e dos grupos enquanto comunidades portadoras de histórias e experiências particularizantes? Para respondê-la, busca-se encontrar argumentos satisfatórios evocando a função e o lugar social ocupado por dois tipos de bibliotecas: as nacionais e as públicas. As primeiras porque nascem com o propósito explícito de se tornarem instituições de preservação do patrimônio e da memória intelectual das nações. Por sua vez, lança-se um olhar sobre as bibliotecas públicas por acreditar que as mesmas contribuem, enquanto espaços de sociabilidade, para que essa outra memória que caracteriza os patrimônios materiais e imateriais adquira força, legitime-se e se propague.

**Palavras-chave:** Memória social; Patrimônio; Material e imaterial; Lugares de memória; Bibliotecas; Práticas culturais; Bibliotecas nacionais; Bibliotecas públicas.

**Abstract:** This article presents some considerations about the interrelationships that are established, in the theory domain and in the historic-cultural domain, between libraries and the universe of memory and patrimony. For achieving this, we intend to answer the following question: can library contribute to the safeguard of memory and patrimony, turning them into psychic and social dimensions which define the perception of subjects as individuals and the perception of groups as communities that carry along particular experiences and stories? For answering the question, we try to find out satisfactory arguments that evoke the social place which is occupied by two kinds of libraries: the national and the public ones. The first ones, since they are created with the explicit intention of ending up as institutions for preserving the nations' patrimony and intellectual memory. In the case of the public ones, as we believe that they, as sociability places, contribute for the other memory which characterize the material and immaterial patrimony to strengthen, spread and be considered legitimate.

**Key Words:** Social memory; Patrimony; Material and immaterial; Memory places; Libraries; Cultural places; National libraries; Public libraries.

### Introdução

*Fundar bibliotecas era construir celeiros públicos, aprovisionar reservas contra o inverno do espírito cuja aproximação eu já podia prever mesmo contra minha vontade. Tenho construído muito: é uma forma de colaborar com o tempo sob seu aspecto de passado, é preservar ou modificar seu espírito, fazer dele uma espécie de reserva para o futuro; é reencontrar sobre as pedras o segredo das origens.<sup>1</sup>*

Ficcionalmente atribuídas ao Imperador Adriano, as formulações acima citadas sintetizam de maneira lapidar os indícios históricos, materiais e simbólicos que converteram as bibliotecas em uma das instituições culturais de maior visibilidade no âmbito do intrincado sistema de produção, circulação e preservação dos saberes humanos. Isto porque, de [Alexandria](#) aos tempos atuais, as bibliotecas não se apresentam apenas como depósito dos estratos informacionais que os homens almejam proteger das investidas do tempo e do esquecimento. São antes, e sobretudo, o reflexo da ansiedade do Ser por preservar-se futuro adiante. Razão pela qual se formam como um conceito imaterial que, de acordo com o lugar onde se fixam, conferem sentido e potencializam o conjunto das práticas culturais que cotidianamente refletem nossas ações no e sobre o mundo.

Retrocedendo no tempo, percebemos que sua história começa a ser contada quando o homem passa a acumular e preservar vertiginosamente certos vestígios de sua atividade racional. Premissa que serve

como indicativo de que os acervos das primeiras bibliotecas se formaram em paralelo à invenção da escrita, momento no qual o homem passa a gravar em suportes estáveis a substância essencial daquilo que era narrado, ou seja, daquele conteúdo que se conservava e se transmitia oralmente através das práticas de narração e rememoração. Eram, pois, instituições marcadas por uma dimensão extremamente utilitarista: tornar-se uma memória artificial do homem.

À parte isso, e as palavras de [Adriano](#) nos servem como argumento comprobatório, as bibliotecas não se definem apenas como o lugar onde os homens depositam, organizam e guardam certos insumos físicos que contam uma história, a história. Enquanto espaço de socialização e de práticas culturais, essas instituições se transmutam em locais que despertam o fascínio e o encantamento. Universo onde tais elementos se mesclam, perturbando e excitando fantasias, irmanando o sonho com a ação, além de provocarem medo e instigarem reações. Ambientes de confrontos, de sonhos e de pesadelos. Lugares onde se inscrevem as angústias e as esperanças de uma época, bem como suas contradições e paradoxos. Não por acaso, contemporaneamente: *A sua passividade substituiu-se um salutar dinamismo, a iniciativa de uma obra que é, ao mesmo tempo, de socialização, especialização, democratização e laicização da cultura. Ela desempenha, dessa forma por menos que pareça, o papel essencial na vida das comunidades modernas; é em torno dela que circulam todas as outras correntes da existência social.* ([Martins](#), 2002, p.325).

Papel, função ou missão que pode ser apreendida por vários ângulos: enquanto organismo cultural; como instrumento de representação coletiva; por ser um espaço de disputas políticas e ideológicas; pela participação que assumem nos processos de conformação e de dinamização dos sistemas educativos; ou, como pretendemos demonstrar neste texto, pelo potencial e pela responsabilidade que incorporam como mecanismos de preservação, organização e disseminação das diversas referências materiais e imateriais por meio das quais nossa memória coletiva e nosso patrimônio cultural se fazem notar.

Para tanto, iniciamos nossa empreitada percorrendo sobre os múltiplos aportes histórico-culturais que conferiram à memória contornos de uma construção coletiva que tem participação direta no processo de constituição das dimensões psíquicas e sociais que definem a percepção dos sujeitos enquanto individualidades e dos grupos enquanto comunidades portadoras de histórias e experiências particularizantes. Em seguida, e pensando na impossibilidade de uma memória coesa e completa em si mesma, voltamos nosso olhar para os gestos contemporâneos que buscam sua presentificação em certos lugares – físicos e/ou simbólicos – como recurso de articulação dos insumos concebidos para representar coletivamente as ações que vivenciamos no mundo e que imprimimos sobre o mundo.

Movimento que nos impulsionou a formular duas questões: qual a importância que estes “*lugares de memória*” assumem no processo de estruturação dos quadros de sentido que alimentam as lembranças e as experiências de representação e fixação de uma dada vivência no tempo e no espaço pelo homem moderno? As bibliotecas seriam, de fato, um desses lugares? Acreditando que sim, estruturamos nossa argumentação com a finalidade de demonstrar que, em virtude de sua historicidade e das funções sociais que as bibliotecas assumem, as mesmas se transformam no refúgio contemporâneo de Mnemosyne e que, devido às práticas de sociabilidade que se engendram em torno e a partir de seu espaço, elas se mostram capazes de enunciar ou exibir uma série de construções culturais cujos referenciais expressam de maneira significativa as estruturas históricas, políticas, ideológicas e identitárias sobre os quais uma dada sociedade se constitui, nutre-se e se valoriza.

Percurso semelhante foi adotado para explicitar as relações de proximidade que se fazem notar entre as bibliotecas e o universo do patrimônio, categoria de pensamento que também emerge para a cena pública amparada por uma complexa trama de construções simbólicas. Construções que, por vincularem-se a uma gama de outros conceitos – herança, permanência, testemunho – acabam por se converter, pelo menos em um primeiro momento, em ferramentas de “*monumentalização*” da memória. Neste sentido, aponta-se que, independente da denominação que recebesse – cultural, arquitetônico, histórico, artístico, etnográfico – a noção de patrimônio era expressa por monumentos de “*pedra e cal*” cuja autenticidade figurava como o vetor responsável por sua conservação e restauro.

Perspectiva que se altera radicalmente quando aquilo que se entende por patrimônio passa a ser definido em função do significado que este possui para a população e dos usos e contra-usos que a

sociedade lhe impõe. Reposicionamento do olhar que instiga uma série de discussões em torno dos patrimônios imateriais: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares que estão impregnados por um referencial simbólico altamente expressivo, sendo, portanto, capazes de revelar as matrizes identitárias e mnemônicas de todo um agrupamento social. Foi, pois, atentando para a complexidade das variáveis que perpassam este universo que nos impusemos a tarefa de tentar responder a mais uma questão: podem as bibliotecas contribuir de alguma maneira com o processo de salvaguarda do patrimônio?

Para tentar respondê-la, buscamos encontrar argumentos satisfatórios evocando a função e o lugar social ocupados por dois tipos de bibliotecas: as nacionais e as públicas. As primeiras porque nascem com o propósito explícito de se tornarem instituições de preservação do patrimônio intelectual das nações. Por sua vez, lançamos um olhar sobre as bibliotecas públicas por acreditar que as mesmas contribuem, enquanto espaços de sociabilidade, para que essa outra memória que caracteriza os patrimônios imateriais adquira força, legitime-se e se propague. Nestes termos, o que o texto pretende evidenciar é que a biblioteca se configura sim como um lugar que mantém íntima relação com os universos da memória e do patrimônio, e que, por esta razão, devem participar ativamente de todas as etapas que garantem sua preservação, sua organização e sua socialização.

### **O refúgio de Mnemosyne ou a biblioteca como “lugar de memória”**

*Expulsa a fome e a sede, a Musa instiga o poeta a cantar  
guerreiro canto.*<sup>2</sup>

As musas: consta que elas cantavam. Cantavam não para seduzir, como as sereias, mas para inspirar os homens a refletir sobre seu passado, a divagar acerca do futuro. Contudo, em virtude de sua essência sublime, apenas os eleitos eram capazes de vislumbrar a beleza e a suavidade dos sons entoados pelas herdeiras de Mnemosyne. Não por acaso, na Teogonia, as filhas de Zeus e da Memória se fazem representar como figuras portadoras de virtudes titânicas. Segundo Hesíodo, elas são nove, todas jovens e igualmente belas, cujas influências sobre as artes – música, astronomia, história, dança e literatura – lhes conferiam o direito de tomar parte no Olimpo e gozar dos festins, banquetes e concertos promovidos pelas divindades do período arcaico.

À parte isso, a sacralização de Mnemosyne como deusa da memória nos indica que as musas, através das atividades que patrocinavam, exerceram acentuado fascínio sobre a vida e a imaginação dos homens no contexto da Antiguidade Clássica. Ao lhes ensinarem “*o belo canto com o qual elas próprias encantavam os ouvidos de Zeus, e que fala do começo de tudo*” (Vernant, 1990, p141), as musas apresentavam às sociedades pré-escrita uma alternativa de compartilhamento e de preservação dos costumes, normas e valores que orientavam as vidas individuais e organizavam as interações coletivas.

Sendo assim, o universo mítico erigido em torno das musas e de seus feitos converteu-se, aos olhos dos homens gregos, em uma complexa gramática simbólica cuja lição mais importante faz ressaltar que: “*todo o passado do grupo desde suas origens, suas crenças tradicionais, o conjunto dos conhecimentos, o “saber partilhado” que forma como que o cimento intelectual de uma sociedade – é tudo isso que deve ser preservado, estocado, transmitido, atualizado*” (Vernant, 2009a, p.142) por uma comunidade desejosa de permanecer ela mesma. Isto porque, já entre os gregos do séc. XII e VIII a.C, a memória se exibia como função extremamente elaborada que alcançava dimensões psicológicas como as do tempo e do eu, uma vez que:

As musas cantam, com efeito, começando pelo início, o aparecimento do mundo, a gênese dos deuses, o nascimento da humanidade. O passado revelado desse modo é muito mais que o antecedente do presente: é a sua fonte. Ascendendo até ele, a rememoração não procura situar os acontecimentos em um quadro temporal, mas atingir o fundo do ser, descobrir o original, a realidade primordial da qual saiu o cosmos e que permite compreender o devir em seu conjunto. (Vernant, 1990, p.141).

Portanto, neste movimento, aqueles que se aproximavam do mundo da memória adquiriam a capacidade de ver além de suas experiências cotidianas e “transcender as limitações intrínsecas à

condição humana, para alcançar um âmbito habitualmente reservado aos deuses". (Krausz, 2007, p.18). É o caso dos aedos, cuja atividade narrativa lhes conferia um lugar de acentuado destaque entre os "mestres da verdade" <sup>3</sup> do mundo antigo. Através deles, a palavra inspirada pelo canto das musas se convertia em instrumento capaz de conduzir as mentes de seus ouvintes ao encontro de um mundo oculto, povoado de feitos gloriosos, de criaturas fantásticas, de perigos impensados, mas amplamente atravessado por concepções ideológicas, normas de conduta e experiências que definiam os contornos das mais distintas esferas sociais. Era, pois, através de narrativas cantadas, em especial da poesia oral, que cada membro da sociedade estabelecia vínculos com seu passado coletivo: *"De tal forma que a existência individual transcendia os limites da experiência imediata para alcançar uma dimensão ulterior, um âmbito que não está sujeito às leis e às limitações da temporalidade, isto é, à esfera do sagrado. ... A poesia oral, assim, ao instruir o indivíduo sobre uma variedade de aspectos do mundo e do cosmos em que ele vive, define contornos de uma realidade ampla, que não pode ser alcançada pelos sentidos."* (Krausz, 2007, p.18-20).

Portanto, o que podemos apreender das pistas lançadas pelo autor acima citado é que, em uma Grécia povoada por mitos, deuses e criaturas fabulosas como as musas, a memória coletiva era urdida, difundida e realinhada, essencialmente, através de narrativas poéticas tecidas pelo cantar de bardos e aedos. Narrativas que sem ostentar a pretensão de verdade acabavam por *"descrever um mundo remoto e imaginário, que contém a memória de tudo o que foi, não menos real e verdadeiro portanto, do que a realidade concreta"*. (Krausz, 2007, p.23). Em síntese: a memória engendrada pelo canto das musas converteu-se para o homem grego em uma faculdade onisciente. Ela o iluminava com sua inspiração, concedendo-lhe o dom da vidência e os aparatos necessários para armazenar a soma dos saberes que constituíam, na esfera do coletivo, o horizonte comum a partir do qual este forjava suas referências de vida. Dito de outra maneira: *"Seu papel não é reconstituir um passado abolido, reapresentá-lo, mas tornar presente, transpondo as fronteiras de um efêmero hoje, o que permanece oculto atrás das aparências: o tempo antigo, o dos heróis, dos deuses, das origens, do primordial. A memória não é reconstrução do passado, mas exploração do invisível."* (Vernant, 2009a, p.143).

Explorar o invisível, eis a faculdade mnêmica que perde sua força quando, por volta do século VII a.C., os gregos se realocam nas cidades e promovem a difusão da escrita. No primeiro caso, o ritmo de vida urbano exige que a experiência humana se organize espacialmente, quer em seu sentido individual, quer em termos de coletividade. O que implica ressaltar que tal guinada alcança dimensões objetivas e subjetivas uma vez que a distinção valorativa de lugares afeta tanto os mecanismos e as maneiras de ocupação de territórios, quanto as relações dos homens entre si, já que estes se mostram cada vez mais vinculados moral e socialmente por aproximações/afastamentos horizontais e verticais. Além disso, o próprio tempo se espacializa quando começamos a subdividir os ciclos da vida e da natureza em estações, eras e eventos.

Em suma, o fracionamento do espaço e do tempo onde as vidas humanas se exibem em níveis, planos, dimensões, setores e esferas acaba por instaurar, no âmbito das cidades, um modo de inteligibilidade do mundo a partir do qual, mesmo instâncias divinizadas como a memória sofrem adaptações. Sendo assim, no universo das sociabilidades cidadinas: *"Em vez da onisciência inspirada dos aedos, vão-se formalizar procedimentos novos de mnemotécnica, de caráter positivo, acessíveis a todos e que recorrem a uma organização sistemática dos elementos dos quais é preciso lembrar-se inscrevendo-os num dispositivo espacial que se vai percorrer unidade por unidade, como se faz na leitura de um texto numa folha."* (Vernant, 2009a, p.144).

Dimensão prática que tem seus efeitos potencializados pelo aparecimento do alfabeto. Recurso de representação que tornara possível ordenar visualmente os discursos provenientes do fazer racional humano, socializá-los de maneira mais rápida e abrangente, além de preservá-los para além de nossas vidas individuais. Sendo assim, no contexto da Grécia arcaica, a escrita se postou como uma tecnologia explosiva e revolucionária, transformando radicalmente as relações mantidas entre os homens e seus recursos de apreensão do saber. Enquanto ferramenta de testemunho, de mecanismo que serve de suporte para a lembrança, os arranjos lineares do alfabeto permitem acionar, automática e individualmente, a memória acústica de todo aquele discurso que até então se exibia sob a forma de narrativa e se delimitava à memória e à performance do narrador.

Com isso, o acesso ao conhecimento passa a dispensar a presença de um intermediário, ao mesmo tempo em que institui a igualdade entre os indivíduos subtraindo o saber tanto de sua aura mística, quanto da onipotência da razão ou da autoridade de poetas e cantores como os bardos e aedos. Por quê? *"Porque rompe com toda forma de representação das coisas, porque despe as figuras e os signos de seus mistérios, porque retira dos sacerdotes o monopólio da interpretação, a escritura alfabética dá a todos os homens "um direito igual ao reconhecimento da verdade": todos podem procurar descobri-la para comunicá-la a todos, e comunicá-la por inteiro."*(Chartier, 2003; p.21-22).

Comunicar um discurso por inteiro e instituir um lugar – o documento – onde o “passado” pode deslocar-se do presente e da consciência do presente, eis as grandes inovações da cultura escrita. Inovações que, entre tantos outros artificios, permitiram ao homem alfabetizado olhar para trás de uma maneira como seu correspondente no mundo da oralidade não podiam e nunca quis fazer. Razão pela qual somos impelidos a observar que, se no universo da oralidade era por intermédio da voz que o sentido da temporalidade e a importância da memória se exibiam, no mundo das palavras escritas é a imagem do signo lingüístico que enfeitiça, que aprisiona o olhar e que produz, devido à materialidade e a rigidez do suporte onde se inscreve, uma sensação de segurança e de permanência no tempo. Não por acaso: *"Os homens vão doravante redigir suas leis, inscrevê-las de tal maneira que estejam presentes à vista de todos; vão manter os arquivos e conservá-los com cuidado. Todas as produções intelectuais, literárias, filosóficas, científicas, médicas, técnicas, vão ser redigidas, textualizadas, estocadas e transmitidas, sob a forma de rolos de papiro."* (Vernant, 2009a, p.144).

Atividades que, ao contrário do que possa parecer, não diminuiu a influência que a memória exerce no processo de constituição das dimensões psicológicas e sociais que definem a percepção dos sujeitos enquanto individualidades e dos grupos enquanto coletividades portadoras de histórias e experiências particularizantes. Isto porque, a sensação de fixidez e de estabilidade supostamente inerentes à memória escrita não garante a preservação e a perpetuação de todas as miríades abertas pelo domínio da memória. Sendo assim, independente se individual ou coletiva; oral ou escrita; objetiva ou subjetiva; política, histórica ou poética, é possível afirmarmos que toda e qualquer forma de manifestação mnemônica é falha e sempre lacunar, razão pela qual só consegue apreender uma parcela da realidade.

Foi, talvez, atentando para tais aspectos do exercício da memória, bem como para as múltiplas possibilidades de seu campo de aplicação que tantas ciências passaram a dedicar, em maior ou em menor medida, esforços investigativos em torno das transformações impostas pelo modo de vida contemporâneo aos domínios anteriormente ocupados pelas filhas de Mnemosyne. Sendo assim, análises de cunho filosófico, histórico, sociológico, antropológico, psicológico, biológico, fisco-computacional, literário, entre outros, constantemente redimensionam a validade social, psíquica, político-ideológica, econômica e cultural do trabalho mnemônico. Percepção que, dado as dimensões labirínticas, sinuosas e imprecisas da memória, encontra nos estudos sobre os “lugares de memória” uma de suas mais profícuas manifestações. Por quê? E qual a importância que estes “lugares de memória” assumem no processo de estruturação dos quadros de sentido que alimentam as lembranças e as experiências de representação e fixação de uma dada vivência no tempo e no espaço pelo homem moderno?

Talvez encontremos respostas para estas questões enfatizando que os “lugares de memória” são espaços físicos e/ou simbólicos que surgem no exato momento em que constatamos a impossibilidade de nossas memórias reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas. Em função disso, fazem ressaltar a necessidade de se criar arquivos; museus; bibliotecas; coleções; monumentos; organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso de articulação social dos insumos concebidos para representar coletivamente as ações que vivenciamos no mundo e que imprimimos sobre o mundo. Todo lugar de memória é, pois, *“um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade; e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”* (Nora, 1993; p.27).

Edificar “lugares de memória” significa, de acordo com esta perspectiva, atribuir-lhes uma dupla função: a de demonstrar que a constituição do discurso mnemônico é um fenômeno estruturado socialmente e a de reforçar, seja teórica ou factualmente, a tese de que a memória, por mais adjetivos que esta encontre em seu caminho (*voluntária ou involuntária; individual ou coletiva; histórica,*

*social, política ou poética*), resiste às reduções impostas pelos enunciados contemporâneos que defendem o fim da história e a desarticulação das interações simbólicas forjadas no nível do social. Isto porque, todo lugar de memória possui, a um só tempo, três dimensões: uma material, cujos contornos demográficos se postam como representantes dos anseios e das necessidades de uma coletividade específica; outra de caráter simbólico que retrata um acontecimento experienciado ou imaginado por indivíduos em interação e, por fim, uma funcional que garante a cristalização das lembranças e sua transmissão, bem como a edificação de laços de sociabilidade enraizados seja no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto ou no discurso.

Propriedades que a célebre coletânea [Les lieux de mémoire](#), idealizada por [Pierre Nora](#) entre os anos de 1984 e 1992, ressaltou de maneira inequívoca. Reunindo trabalhos de pesquisadores das mais distintas áreas do conhecimento, o mérito deste empreendimento pode ser mensurado, entre outros aspectos, pelo fato de ter demonstrado que entender os “*lugares de memória*” em sua dimensão física ou simbólica como manifestações de um acontecimento ou de uma lembrança cristalizadas no tempo não é suficiente se não se leva em consideração os usos e os contra-usos que a dinâmica social lhes impõe. Sendo mais preciso, que arquivos, museus, bibliotecas, monumentos, símbolos e datas nacionais, festas comemorativas, santuários e coleções são lugares de memória cujo referencial mnemônico nasce e se instaura em um campo de batalhas onde o presente se debate com o passado como artifício de se edificar um futuro modulado e atravessado por ressonâncias coletivas, por isso sua força política, ideológica, histórica e cultural.

É o que acontece com as bibliotecas, cuja função social está diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pela ação racional dos homens. Enquanto “*lugares de memória*” elas tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis. São instituições que nos permite acessar, por intermédio de seus acervos, as experiências comuns a toda humanidade, bem como as razões e os intentos de cada um de seus usuários em particular. Motivo pelo qual toda biblioteca se torna, ao menos à primeira vista: *"Lugar da memória nacional, espaço da conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor do conhecimento, a serviço da coletividade inteira."* ([Jacob](#), 2000; p.9).

Em virtude disso, a razão para pensarmos as bibliotecas e suas coleções como “*lugares de memória*” liga-se à dificuldade que teríamos para compreender e transformar o mundo onde habitamos sem os elementos materiais e imateriais que nelas se preservam. Elas são a memória do mundo: todos os conhecimentos humanos em um só lugar. Isto é, aquilo que o conhecimento significa para o homem é o que a biblioteca pretende conservar, seja este “*o sopro de Deus, as Musas, a morada do Bom e do Belo, os ventos uivantes do comércio, ou uma mistura confusa de todas estas coisas – será aquilo que a biblioteca é templo*”. ([Battles](#), 2003; p.16). Implicações que servem como indicativo de que se a memória é capaz de inspirar, recuperar a graça do tempo, distender conceitos duros, devolver o entusiasmo pelo que era caro e se perdeu, redimir o sagrado e devolver não simplesmente o passado, mas o passado que prometia, as bibliotecas se configuram, em ampla medida, como o espaço onde o homem, sua herança cultural, seu patrimônio simbólico e sua tradição se mesclam na tentativa de superar o esquecimento e se preservar futuro adiante.

O que nos leva a ressaltar, assim como [Serrai](#) (1975, P.141), que à memória biológica, que pertence à espécie, e à memória cerebral, que pertence ao indivíduo, acrescentou-se a biblioteca como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais do homem e da sociedade como um todo. Inscrita sob a forma de documento, esta memória requer sua reunião, organização e meios específicos para sua disseminação, tendo-se em vista seu amplo uso por parte de todas as esferas sócio-culturais. Característica que lhe confere o status de lugar de continuidade e de preservação da história em tempos e espaços específicos.

*É a biblioteca-universo. Seu significado é transcendental. Espaço da hermenêutica e de toda a mística do conhecimento. A biblioteca é assim signo que traz a marca da metafísica e se constitui como marco da onto-teologia. Por isso sua arquitetura lembra de uma forma ou outra uma catedral com*

*seus estilos diferentes, mas grandiosos, com vitrais coloridos, clarabóias onde as luzes penetram na escuridão, nas trevas, como a “iluminar” as cabeças dos seres pensantes. A luz solar expressão do poder celeste, do temor e da esperança humana. A luz penetra e dissipa as trevas. Aqueles leitores são eleitos, recebem um facho, um raio de luz divina. Parecem rezar diante do(s) Livro(s). Coisa sagrada, lugar sagrado. Luz/idéia. (Casa Nova, 1990, p.132-133).*

Indícios que não são exclusivos das bibliotecas imperiais do mundo antigo ou daquelas ligadas às grandes ordens monásticas da Idade Média, visto que o adjetivo público que contemporaneamente se juntou ao nome da biblioteca, serviu para reforçar a idéia de que elas são instituições sociais sempre em evolução, que influenciam e são influenciadas pela estrutura social que as circundam, refletindo e contribuindo para o seu desenvolvimento através da coleta, organização e disseminação dos produtos culturais; da produção e administração do conhecimento registrado; além da garantia de livre acesso a todos aqueles que queiram utilizá-los.

Isto porque, enquanto centros de informação, as bibliotecas possuem como missão política e civilizadora a tarefa de colaborar para a difusão e visibilidade dos vários signos que se originam de nossas práticas culturais, sem se levar em consideração critérios ligados à etnia, crença religiosa, condição financeira, questões sexuais ou políticas, a fim de colocá-los a serviço de toda uma coletividade. Missão que, se analisada com a acuidade que merece, se torna um indicativo de que as bibliotecas, tal qual outros “lugares de memória”, se apresentam como palcos que encenam a dramaturgia da sociedade que as acolhe e que, em virtude disso, “a identidade de uma sociedade ou nação [pode sim] ser espelhada por uma biblioteca, por uma reunião de títulos que, em termos práticos ou simbólicos, faça as vezes de definição coletiva”. (Manguel, 2006; p.241).

Possibilidade que nos leva a visualizar as bibliotecas, em uma mirada mais abrangente, como “lugares de tradição”. Como espaços que conservam o conjunto dos valores dentro dos quais nos reconhecemos enquanto seres sociais, uma vez que estas instituições não preservam apenas a materialidade concebida para comportar os saberes ou as opiniões que temos, mas, sobretudo, a totalidade do conhecimento humano que só se deixa elucidar a partir do conjunto de valores constitutivos de uma dada sociedade. Característica que lhe confere, em um segundo plano, o status de “lugar de contradição”, posto que por trás da aparente calma de seus corredores e de suas estantes, toda biblioteca se apresenta como arena de acirradas disputas ideológicas, onde convivem lado a lado e em suposta harmonia vozes de autores distintos e com idéias, em ampla medida, incongruentes e dissonantes, cuja validade se determina e se manifesta através da ansiedade de seus múltiplos usuários. Razão pela qual sua história se converte na história daquilo que uma sociedade pretende transmitir; nos conhecimentos que decide conservar; na necessidade de seu esquecimento para posterior recuperação, mas também, na reevocação e reutilização destes a partir do recordar.

Modalidade de entendimento que transforma as bibliotecas no refúgio contemporâneo de Mnemosyne, no teatro onde as musas organizam seus festins. Entidades arcaicas que na modernidade têm sua função simbólica revalorizada, posto que, mais uma vez, além de inspirar os homens a refletir sobre seu passado, a divagar acerca do futuro, a memória ressurgente como amálgama que atravessa e marca a vida social, sendo por isso capaz de enunciar ou exibir uma série de construções culturais cujos referenciais expressam de maneira significativa as estruturas históricas, políticas, ideológicas e identitárias sobre os quais uma dada sociedade se constitui, nutre-se e se valoriza. Assim explicitado, as bibliotecas abandonam seu estereótipo de depósito do conhecimento para se exibirem como “lugares de memória”, de tradição, de práticas culturais. Em resumo: como espaços onde nosso patrimônio material e imaterial é captado, preservado e disseminado. Tecemos mais algumas considerações a este respeito no tópico que se segue.

### **Percepções do sensível, vestígios do invisível: a biblioteca e a preservação do patrimônio**

*Os olhos não vêem coisas mas figuras de coisas que significam outras coisas...<sup>4</sup>*

Tal como aconteceu com a memória, a noção de patrimônio instituiu-se enquanto categoria de pensamento amparada por uma complexa trama de construções simbólicas cujo estatuto modulador reflete diretamente o trabalho de atribuição de valor político-ideológico que os modernos Estados nacionais impuseram a certas instâncias físicas, históricas e culturais eleitas por estes como instrumentos de representação identitária<sup>5</sup>. Nestas condições, ao vincular-se a uma gama de outros conceitos – autenticidade, herança, permanência, testemunho – este caráter representacionista inerente às políticas de patrimônio acabou por se converter em uma ferramenta de “*monumentalização*” da memória.

Processo calcado pelo aparecimento e pela vertiginosa ascensão de narrativas mnemônicas que passaram a povoar o imaginário social já nas primeiras décadas de 1800 e que ganhou acentuado relevo nos mais distintos campos de atuação humana ainda no limiar do século XIX. Impulsionado por uma multiplicidade de fatores sócio-políticos e culturais<sup>6</sup>, esse movimento em torno da valorização da memória fez emergir para a cena pública uma profusão de “passados presentes” que, elevados à categoria de patrimônios: *"Ancoram visões de mundo, materializam crenças, ou testemunham episódios marcantes da memória coletiva. Cultivam atividades, conhecimentos e modos de saber-fazer que, ao mesmo tempo, servem a fins práticos e identificam, diferenciam e hierarquizam categorias e estratos sociais, participando da estruturação da vida em sociedade, da formação das identidades e da alimentação do sentimento de pertença."* (Arantes, 2009, p.11).

Sentimento que, em virtude de sua força política e simbólica, nos permite apreender a história do patrimônio como um jogo de escolhas e um espaço de enunciação de conflitos. Não por acaso suas primeiras manifestações se fazem notar por um conjunto de experiências que, pautadas pelo intuito de unir grupos social e culturalmente diferentes em torno de uma identidade ou de um projeto de nação coesos, fizeram de certos vestígios do passado – relíquias, monumentos/documentos, cidades históricas – insumos de sacralização de uma dimensão da memória histórica expressamente preocupada em conservar e disseminar o horizonte hegemônico a partir do qual foram concebidos. Horizonte que, por sua vez, emerge como: *"Resultado de uma dialética da conservação e da destruição no âmago da sucessão das formas ou dos estilos de heranças históricas que haviam sido adotadas pelas sociedades ocidentais. Ela [a dialética] estabeleceu-se a partir do modelo de enquadramento de algumas obras em determinado momento da respectiva história – enquadramento utilizado, deformado, transmitido, esquecido de geração em geração."* (Poulot, 2009, p.13-14).

Proposição que se torna mais evidente quando percebemos que, no ato de sua formalização, as estratégias em prol da edificação de patrimônios foram calcadas por dois aspectos essenciais: primeiro, por um esforço pedagógico cujo intuito era educar a população para assimilar certas vertentes do passado. Sendo mais explícito, por uma dimensão do passado materializada sob a forma de traços, restos, vestígios que pudessem representar os ideais estéticos, políticos e ideológicos dos Estados nacionais em formação. Movimento que exigia, em um segundo momento, sua vinculação a um tempo mais remoto, a sinais, a pistas que dessem testemunhos da importância desse passado para o presente. O patrimônio funcionaria assim como esforço pragmático de legitimação e de ritualização de uma memória vinculada ao poder, aos triunfos, sacrifícios e valores daqueles que pertenciam às elites políticas, sobretudo na Europa.

Sendo assim, independente da denominação que recebesse – cultural, arquitetônico, histórico, artístico, etnográfico – a noção de patrimônio era expressa por monumentos de “*pedra e cal*” cuja autenticidade figurava como o vetor responsável por sua conservação e restauro. Perspectiva que, segundo Arantes (2009, p.12), acabou por balizar os primeiros acordos e convenções internacionais voltados para o estabelecimento de uma esfera pública mundial preocupada tanto com a questão do patrimônio, quanto com o desenvolvimento de políticas preocupadas com sua preservação em diversos países, principalmente a partir da década de 1930. Inserem-se nesse processo as Cartas de Atenas (1931/1933) e a Carta de Veneza (1964), documentos que têm como ponto de congruência a percepção de que o objetivo da preservação e da restauração de um patrimônio – e este entendido como monumento – é salvaguardar tanto a obra de arte, quanto o testemunho histórico que ela instaura, devendo sua conservação ser equacionada por critérios de utilidade no âmbito das ações representacionistas então vigentes.

Utilidade demarcada, em ampla medida, por um imaginário que considerava apenas a dimensão elitista do sistema de produção cultural. Isto porque, da forma como foi qualificado nos documentos acima apresentados, o patrimônio revelava-se como produto proveniente de uma atividade cultural superior que exigia qualidades também superiores para ser usufruído, na medida em que incorporava certas dimensões estéticas, espirituais e simbólicas concebidas como de ordem mais elevada.

Panorama que começa a se alterar quando a UNESCO torna-se o centro mundial de referência para o desenvolvimento das bases técnicas e conceituais ligadas ao universo do patrimônio. Redirecionamento manifesto, sobretudo, através de duas convenções idealizadas por este órgão: uma de 1972, que trata da *Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, e outra, de 2003, que dispõe sobre a *Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível*. A primeira convenção é importante porque, nos dizeres de [Arantes](#) (2009, p.14), desterritorializa, ao menos em parte, a noção de patrimônio cultural ao inserir nesta categoria obras do homem ou produções conjugadas do homem e da natureza que tenham um valor excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Por sua vez, a convenção de 2003 estabelece uma ruptura conceitual radical dos paradigmas que até então sustentavam as políticas de patrimonialização. Isto porque, *“ela não só considera bens intangíveis como objeto deste campo, mas legitima seu valor referencial para os mais diversos grupos sociais, sua natureza dinâmica e inclui suas condições de produção como parte do objeto a ser preservado”*. ([Arantes](#), 2009, p.14). Mais do que isso, ao fazer menção a bens imateriais, essa convenção aponta para o fato de que não devemos nos preocupar apenas com a preservação de monumentos, documentos ou vestígios que materializam um valor utilitarista da cultura, posto que até estes são atravessados por uma espessa camada de relações sociais, elaborações estéticas e formas rituais erigidas coletivamente, das quais retiram muitas de suas significações. Dito de outra forma, a Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível redefiniu o conceito de patrimônio *“em função do significado que [este] possui para a população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade”*. ([Durhan](#), 1984, p.30).

Neste sentido, ao apontar para uma dimensão menos materialista e menos centrada no valor de uso dos patrimônios de *“pedra e cal”*, o adjetivo intangível aponta para o fato de que a salvaguarda de bens imateriais não diz respeito unicamente ao registro e a proteção dos costumes, das tradições, das práticas culturais – juntamente com suas táticas e estratégias de saber/fazer – de grupos ou comunidades específicas. Para além disso, demarca uma possibilidade concreta de apreensão, manutenção e intervenção em todo um conjunto de relações de sociabilidades, bem como de se assimilar os estatutos, as dinâmicas e as diretrizes temporais e espaciais diretamente vinculadas ao universo das normas e valores que se instituem como referenciais de representação e de legitimação das experiências de vida e dos constructos simbólicos que conferem identidade a esses grupos e comunidades. Isto porque:

*“É graças a essa memória outra que se torna possível recuperar, junto com ela, um outro patrimônio, que não necessariamente se confunde com a coisa concreta, a edificação ou um bem material. ... Conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social, permitindo, portanto, que aí se incluam manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, e que se prestigie, neste caso, não a edificação concreta, mas os lugares em que se desenvolvem tais manifestações, frágeis arquiteturas do efêmero erguidas em mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.”* ([Montes](#), 2007, p.131).

Foi atentando para esta diversidade de aspectos e com intuito de operacionalizá-los que o Governo Federal, através do [Decreto nº. 3551](#), iniciou as atividades de registro dos bens imateriais que se inserem na categoria de patrimônios culturais brasileiros. Entendendo-os como um *“conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como*

*parte integrante de sua cultura, tendo como uma de suas principais características o fato de tradicionalmente ser transmitido de geração a geração” (Costa; Castro, 2008, p.127), decidiu-se adotar como estratégia preservacionista o inventário e o registro sistemático dos bens culturais de natureza imaterial, arrolando os resultados em quatro livros de natureza classificatória e descritiva, são eles: *Livro de Registro dos Saberes*, onde são inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; *Livro de Registro das Celebrações*, no qual se apresenta rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; *Livro de Registro das Formas de Expressão*, que se ocupa das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e, por fim, o *Livro de Registro dos Lugares*, voltado para o registro de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.*

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, a criação desses livros teve como principal preocupação apontar para a necessidade de perpetuação histórica dos bens que neles se inscrevem, uma vez que tanto os saberes, quanto as celebrações, lugares e formas de expressão inventariados estão impregnados por um referencial simbólico altamente expressivo, que, em seu conjunto, revelariam as matrizes identitárias e mnemônicas da sociedade brasileira <sup>7</sup>. Em paralelo a isso, é preciso ressaltar que, mesmo de forma indiciária: *“Esse instrumento quer, também, substituir uma noção de autenticidade que é muito arraigada no campo preservacionista, principalmente com relação aos bens ditos materiais, ou seja, de que um bem tem de ser autêntico para ser patrimônio, e que aqui nesse caso estamos tentando substituir essa idéia por uma idéia de continuidade histórica. Na medida em que esses bens são criados e recriados o tempo todo, que são, na realidade, compostos híbridos, não faz sentido falar em autenticidade – eles são permanentemente transformados.” (Sant’anna, 2007, p.139).*

Perspectiva que aponta para um plano da preservação que extrapola os domínios das políticas públicas, posto que, sendo produzido coletivamente, requer também uma participação coletiva em todas as etapas que sancionam a conservação e a legitimação social de um bem considerado patrimônio, seja este material ou imaterial. Atentando para este fato, nos perguntamos aqui: podem as bibliotecas contribuir de alguma maneira com esse processo? Formulando a questão de outra maneira: em que medida as bibliotecas participaram e ainda colaboram para a construção do patrimônio como categoria de pensamento?

Podemos tentar responder a esta questão evocando aqui o lugar e a função social ocupados por dois tipos de bibliotecas: as bibliotecas nacionais e as bibliotecas públicas. As primeiras merecem destaque porque nascem com o propósito explícito de se tornarem instituições de preservação do patrimônio intelectual das nações, convertendo-se, assim, em *“lugares de memória”* da produção racional que confere indícios identitários à localidade onde se inserem. Por sua vez, as bibliotecas públicas, tratadas aqui como espaços de sociabilidade que captam, organizam, preservam e disseminam grande parte dos referenciais históricos, culturais, políticos e mnemônicos de uma dada coletividade, se apresentam como esferas potencializadoras para que essa outra memória que caracteriza os patrimônios imateriais adquira força, legitime-se e se propague. Como demonstrar isso? Talvez recuperando um pouco da historicidade dessas instituições possamos encontrar argumentos que clarifiquem e que endossem nossas proposições. Começemos, pois, pelas bibliotecas nacionais.

A ideia de se edificar uma instituição responsável por salvaguardar em um único lugar os extratos mais importantes do fazer racional de um país resultou, segundo Campello (2006, p.20), do processo de derrubada das monarquias absolutistas e, conseqüentemente, dos esforços levados a cabo pelos Estados nacionais ascendentes para consolidar e divulgar a ciência, a cultura e a memória nacional. Atividade que teve início na França, em 1791, quando a biblioteca real francesa foi declarada propriedade da nação. Situação semelhante ao que aconteceu na América Latina, sobretudo no século XIX, quando países como Brasil, Chile, México, Argentina e Cuba se viram marcados por um intenso movimento em prol da emancipação política e pela emergência de um ideário nacionalista que acabaria por justificar a criação de outros centros de captação e preservação do patrimônio e das memórias locais, sendo os museus e os arquivos os de maior visibilidade.

Destacando-se geralmente pela imponência de seus edifícios e pela riqueza de suas coleções, as

bibliotecas nacionais “com objetivo primordial de registro e guarda da produção bibliográfica de cada país, desempenham, portanto, o papel de órgão por excelência da memória do conhecimento”. (Monte-Mor, 1987, p.163). Situação que não se mostra diferente no Brasil, uma vez que a Real Biblioteca portuguesa, ao permanecer em terras tropicais, tornou-se o sinal vivo de que o país compartilhava de um quadro vasto da cultura humanística de todos os tempos, sendo portador de uma tradição capaz de inseri-lo no contexto das nações livres, soberanas e portadoras de história e cultura dignas de serem preservadas.

Não por acaso quando o processo de independência se instaurou e o Brasil buscou constituir um quadro de referências simbólicas que representasse o instinto de nacionalidade local, essa biblioteca ocupou um lugar de acentuado destaque na pauta de negociações com Portugal. Tanto que, se o país teve que pagar a quantia de 250 mil libras esterlinas pela independência, para que seu acervo permanecesse em terras coloniais foi preciso desembolsar 800 contos de réis.

*"Comparativamente, portanto, os livros representavam muito: custavam caro e significavam mais do que seu valor objetivo. Objetos carregam dons, portam dádivas e se vinculam a outros ganhos, emocionais, políticos ou mesmo simbólico. E era assim que se avaliava uma Real Livraria. Mais do que livros, lá se acumulavam idéias, projetos, ambições, e ainda a cultura possível de uma nação – sobretudo de uma monarquia independente, isolada no meio da América Republicana. ... Segundo item de uma longa pauta de negociações, ela representava a cultura acumulada e a tradição de que carecia: nada como colocar tudo numa lista e qualificar o que é da ordem da cultura e da própria representação." (Schwarcz; Azevedo; Costa, 2002; p.401).*

Representar a nação, tornar-se ela própria um patrimônio reconhecido da cultura brasileira e um instrumento de valorização de sua memória coletiva, eis os intentos que a Biblioteca Nacional objetivou alcançar ao longo do século XX. Projeto levado a cabo através de uma intensiva política de coleta, organização e disseminação da produção bibliográfica concebida nos mais recônditos cantos do país, bem com pela promoção de uma séria de atividades culturais ligadas ao universo do impresso. Universo que, em última instância, faz com que a Biblioteca Nacional brasileira se exhiba como espelho da tradição de uma terra com passado político recente, mas detentor de um acervo histórico capaz de se reportar aos vários meandros da história humana.

Acervo que, por sua vez, se vê potencializado pela ação de inúmeras bibliotecas públicas espalhadas por quase todos os municípios da Federação. Estância de salvaguarda do saber que, em virtude de sua historicidade, se faz notar como o lugar onde os homens preservam os vestígios materiais e simbólicos de sua tradição, de sua memória e de seu patrimônio cultural, justamente por entenderem que estes são os elementos que lhes outorgam o caráter de sujeitos históricos portadores de identidades constituídas. Por serem uma criação da democracia moderna, as bibliotecas públicas possuem como missão política e civilizadora a função de captar, organizar e disponibilizar os estratos informacionais humanos a fim de colocá-los a serviço de toda uma coletividade.

Como prestam auxílio à auto-formação individual, devem se posicionar, ainda, como local propício para um criativo desenvolvimento pessoal, a fim de promover a construção do conhecimento por intermédio do apreço à arte e às inovações científicas, haja visto que: *"A liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais, mas só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação." (UNESCO, 1994).*

Portanto, são instituições que devem priorizar o fomento e o fortalecimento do diálogo intercultural como elemento definidor do conjunto das atividades que desenvolvem em torno da preservação da tradição, da cultura e da memória coletiva dos mais distintos grupos sociais. Pressuposto que, em outra mirada, se converte no elo que aproxima as bibliotecas do universo do patrimônio, em especial do patrimônio imaterial. Isto porque, através de suas coleções e das experiências de sociabilidade vivenciadas no e a partir de seu espaço, as bibliotecas se mostram capazes de favorecer a interação, a

tolerância e o respeito entre os homens e suas distintas manifestações culturais além de, por meio dos livros, suscitar o nascimento de laços afetivos entre as pessoas que, de outro modo, não existiriam. Dito de uma maneira mais poética:

*"Nossa existência flui, como um rio impossível, em duas direções: da massa infinita de nomes, lugares, criaturas, estrelas, livros, rituais, memórias, iluminações e pedras que chamamos mundo rumo ao rosto que nos mira toda manhã do fundo de um espelho; e desse rosto, desse corpo que circunda um centro que não podemos ver, disso que nos nomeia sempre que dizemos "eu", para tudo o mais que é o Outro, que está fora, além. A consciência do que somos individualmente, unida à consciência de que somos coletivamente cidadãos de um universo inconcebível, confere alguma espécie de sentido a nossa vida – um sentido posto em palavras pelos livros de nossas bibliotecas." (Manguel, 2006; p.191-192).*

Recolher, organizar, preservar e disseminar os indícios físicos e os estratos simbólicos que conferem visibilidade às nossas ações no mundo eis o que, em síntese, conferem legitimidade às bibliotecas públicas enquanto espaço de representação social. Representação que pode se fazer notar por uma multiplicidade de aspectos: pelo estilo de sua arquitetura; pela localização geográfica que ocupa na topografia das cidades; pelas ações que promove; pela diversidade de seus acervos, e, sobretudo, pelo uso social que os sujeitos lhes impõe. Andar por uma biblioteca, se apossar de seu acervo, questionar seus critérios de seleção e preservação são, neste sentido, manifestações que têm o poder de determinar o que se lembrar e o que se esquecer, bem como desvelar a importância que certos insumos ou referências históricas, políticas e culturais assumem no seio de uma dada comunidade.

Ao fazer isso, as bibliotecas reafirmam sua vocação para *"lugar de memória"* e espaço de salvaguarda do patrimônio. Uma memória que preserva os vestígios do invisível, um patrimônio que se institui como percepção do sensível e que, em virtude de sua força simbólica, demarca tanto uma intenção individualizante, quanto uma vocação para a congregação coletiva. Seria, pois, absurdo pensarmos em uma biblioteca pública do congado, do frevo, da capoeira, do samba de roda? Arrisco-me a dizer que não. Como toda prática cultural requer uma materialidade para adquirir sentido e visibilidade, por que não se instituir as bibliotecas públicas como mais um segmento envolvido, e até certo ponto, responsável por seu permanente processo de preservação, valorização e disseminação? As considerações teóricas e históricas aqui apresentadas indicam/fundamentam a concretude dessa possibilidade.

### **Considerações finais**

Este texto nasceu com um objetivo explícito: demonstrar a proximidade que as bibliotecas mantêm com o universo da memória e do patrimônio, e que estas se constituem como um dos pólos responsáveis por dinamizar os processos que definem sua preservação e conservação, bem como os usos e contra-usos políticos, históricos e culturais que lhes conferem sentido e valor. Após o percurso traçado, penso poder afirmar que os resultados dessa empreitada expressam-se através do entrelaçamento dos dois pressupostos básicos que sustentam nossas discussões: o primeiro que defende que memória e patrimônio são categorias de pensamento elaboradas socialmente e que, em virtude de sua força simbólica, transformam-se em referências indispensáveis para que os sujeitos e mesmo uma coletividade inteira apreendam e elaborem as experiências vivenciadas no mundo, com o mundo. Por sua vez, o segundo pressuposto atenta para o fato de que, em sua maioria, estas experiências de vida produzem traços, vestígios, documentos que encontram nas bibliotecas um lugar propício à sua conservação, organização e disseminação.

Entrelaçamento que, em um sentido mais amplo, aponta para a destituição do aspecto de passividade que por longa data se mostrou impregnado à imagem das bibliotecas. Isto porque, enquanto instituições que *"aprovisionam reservas contra o inverno do espírito"* (Adriano apud Yourcenar, 1980, p.130), elas se colocam cada vez mais na linha de frente dos sistemas de produção e circulação cultural. Definindo-se como *"lugares de memória"* e de preservação do patrimônio, as bibliotecas chamam a atenção para a necessidade de se salvaguardar os símbolos culturais que garantem

identidade e visibilidade a um dado tecido sócio-cultural, justamente por serem estes os elementos que lhes instituem o status de comunidades históricas.

Não por acaso, através de seus acervos, corredores e estantes, a cultura mostra sua face universalizante, de tradição e continuidade, e a transforma no espaço onde os sujeitos vivenciam de maneira concreta as ações e representações de cada um e de todos. Condição que nos permite afirmar que: *"A história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento, não só como lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções."* (Jacob, 2000, p.11).

Nessa mirada, as pistas lançadas pelo autor acima citado indicam que a biblioteca não é mais, e tão somente, um refúgio, um abrigo no qual o homem e sua cultura se preservam das investidas do tempo e do esquecimento. Fruto do paradoxo que se instaura entre a totalidade e suas partes, entre a promessa de uma história universal, mas que ultrapassa o olhar do indivíduo e seus itinerários pacientes, parciais e atípicos diante da necessidade de escolha de um dado documento que simbolize sua memória, seu patrimônio, as bibliotecas se exibem na contemporaneidade como *"lugares antropológicos"*<sup>8</sup>, como espaços de socialização e de práticas culturais<sup>9</sup>.

Em síntese, como universos onde, segundo as proposições de Arantes (1994, p.198), um simples deslocamento excita a imaginação, indaga, perscruta, libera lembranças e emoções. Faz reviver narrativas e flagrantes de experiências passadas. Leva ao encontro de referências pessoais e dos lugares de memória social. Em paralelo a isso, ao interromper o fluxo da exploração do espaço na sua superficialidade, fixando-se num ponto, a conjunção entre memória e esquecimento, entre preservar e destruir, entre o material e o imaterial desencadeia a vertigem da profundidade. Ao reconhecer e colocar em relação recíproca textos, imagens, e uma infinidade de outros documentos escritos/concebidos por várias mãos, o usuário de uma biblioteca vivifica o resultado de um trabalho social graças ao qual se mantém alguns fragmentos que perduram, da mesma forma que outros marcos, por processo análogo, são apagados.

### Notas:

[1] Yourcenar, 1980, p.131.

[2] Homero, 2000, p.161.

[3] O "mestres da verdade", figuras que nos são apresentadas por Marcel Detienne em seu clássico livro *Les maîtres de la vérité dans la Grèce archaïque* (1967), constituíam-se, segundo Vernant (2009b, p.285), em três tipos de personagens – o aedo, o adivinho e o rei de justiça – cujas funções qualificavam, no contexto social e cultural da Grécia arcaica, como detentores de um privilégio inseparável de seu papel institucional. Seu privilégio comum era espalhar a verdade. Os dois primeiros mostravam-se capazes, graças à potência religiosa de Mnemosyne, de ter acesso direto ao além, de perceber o invisível e formular o que foi, o que é e o que será. A palavra real, por sua vez, possuía virtudes análogas. Ao apoiar-se em procedimentos ordálicos, o "dito" do rei alcançava um valor oracular. Além disso, ao formular exatamente a justiça, realizava a equidade nos fatos, conferindo a cada um a parte que lhes era devida.

[4] Calvino, 2009, p.17

[5] Embora os apontamentos acima indiquem que a idéia de patrimônio é uma conformação forjada ao longo do século XVIII, é preciso que não negligencemos seu caráter milenar. Isto porque, segundo Gonçalves (2009, p.26), ela não é simplesmente uma invenção moderna, posto que já se mostre perceptível tanto no mundo clássico quanto na Idade Média. O que aconteceu na modernidade foi uma revalorização semântica que ampliou suas possibilidades de entendimento e de significação.

[6] Entre os quais vislumbramos: As Revoluções Francesa e Industrial; o movimento de independência das colônias latino-americanas; a restauração dos centros urbanos e históricos das grandes cidades européias; a criação e revitalização de museus, arquivos, bibliotecas, monumentos e celebrações públicas; o aumento do interesse por obras biográficas; as duas Grandes Guerras mundiais e a formação de blocos política e economicamente antagônicos. Posteriormente vieram se somar a estes, fatores como: o fim das ditaduras na América Latina e a independência dos países africanos; a queda do Muro de Berlim; o colapso da União Soviética; o surgimento da literatura de testemunho como resposta às tentativas de negar o holocausto; bem como o crescente foco nas histórias de minorias e políticas de identidade.

[7] Já foram homologados como tal os seguintes bens brasileiros: Arte Kusiwa dos Índios Wajãpi; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Samba de Roda do Recôncavo Baiano; Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Ofício das Baianas do Acarajé; Jongo; O frevo e a Feira de Caruaru de Pernambuco; A Viola de Cocho do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Cachoeira de Auaeté;

Tambor de Crioula; Matrizes do Samba no Rio de Janeiro (Samba de Partido-Alto, Samba Enredo e Samba de Terreiro); Modo Artesanal de Fazer o Queijo Mineiro (regiões do Serro, Serra da Canastra e Serra do Salitre); Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira; Toque dos Sinos em Minas Gerais e o Ofício de Sineiro; e a Festa do Divino de Pirenópolis; O teatro de Nova Jerusalém e a peça da Paixão de Cristo; Bolo Souza Leão; Bolo de rolo ou rocambole; Missa do vaqueiro e a Festa de Santana de Caicó.

[8] Referência aos trabalhos de Aranrse (1994) e Augé (1994). Para ambos, os “*lugares antropológicos*” são espaços que se constituem como significativos não só para os que os habitam ou deles usufruem, mas para quem, de fora, procura entendê-los. São, pois, simultaneamente, princípio de sentido e princípio de inteligibilidade; daí sua importância para a descrição etnográfica na medida em que constitui via de acesso privilegiada para o entendimento do comportamento dos usuários.

[9] Referência ao trabalho de Silveira, 2007.

## **Bibliografia**

1. ABID, Abdelaziz. Mémoire du monde: préserver notre patrimoine documentaire. BBF, Paris, t.42, n.2, p.8-15, 1997.
2. ARANTES, Antônio Augusto. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.23, 1994, p.191-203.
3. ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina : CES, 2009, p.11-24.
4. AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994. (Travessia do século).
5. BATTLES, Matthew. A conturbada história das bibliotecas. São Paulo: Planeta, 2003.
6. BROCHMEIER, Jeans. Remembering and forgetting: narrative as cultural memory. Culture & Psychology, v.8(1), p.15-43, 2002.
7. CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
8. CAMPELLO, Bernadete. Introdução ao controle bibliográfico. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006.
9. CASA NOVA, Vera. Biblioteca: uma leitura semiológica. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, B. Hte., v.19 n. especial, p.130-137, mar. 1990.
10. CHARTIER, Roger. As representações do escrito. In: Formas e sentido, cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras / Associação de leitura do Brasil, 2003, p.17-48. (Histórias de Leitura).
11. CHASTEL, André. La notion de patrimoine. In: NORA, Pierre. (Dir). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1997, p.1433-1469. (T.1 ; La République).
12. COSTA, Marli Lopes da ; CASTRO, Ricardo Veiralves de. Patrimônio imaterial nacional: preservando memórias ou construindo histórias? Estudos de psicologia, 2008, 13(2), p.125-131.
13. DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense : Secretaria do Estado de Cultura, 1984, p.23-58.
14. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.25-33.
15. HESÍODO. Teogonia: a origem dos deuses. Trad. Jaa Torrano. 6. ed. São Paulo: Iluminuras, 2006. (Biblioteca Pólen).
16. HOMERO. Odisséia. Trad. Manuel Odorico Mendes. 3. ed. São Paulo: ArsPoética ; EDUSP, 2000. (Texto & Arte; 5).
17. HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. 2 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
18. JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). O

poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.45-73.

19. JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.9-17.

20. JODELET, Denise. *Memoire de masse: le côté moral et affectif de l'histoire*. Bulletin de psychologie, n.405, p.239-256, 1992.

21. KRAUSZ, Luis S. *As musas: poesia e divindade na Grécia arcaica*. São Paulo: EDUSP, 2007.

22. LAMY, Yvon. *Du monument au patrimoine: matériaux pour l'histoire politique d'une protection*. Genèses, v.11, n.1, 1993, p.50-81.

23. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

24. MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

25. MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Temas; 49).

26. MONTE-MÓR, Jannice. *Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, n.22, 1987, p.163-170.

27. MONTES, Maria Lúcia. *Memória e patrimônio imaterial*. In: MIRANDA, Danilo Santos de (Org.). *Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: SESCSP, 2007, p.127-135.

28. MÜLLER, Suzana P. M. *Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação das funções e papéis da biblioteca*. R. Esc. Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, 13(1): 7-54, mar. 1984.

29. NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993, p.7-28.

30. NORA, Pierre. *L'ère de la commémoration*. In: NORA, Pierre. (Dir). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997, p.4687-4719. (T.3 ; Les France).

31. POULOT, Dominique. *História do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

32. PROST, Antoine. *Les monuments aux morts: culte républicain? Culte civique? Culte patriotique?* In: NORA, Pierre. (Dir). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997, p.199-223. (T.1 ; La République).

33. RASMUSSEN, Susan. *The uses of memory*. Culture & Psychology, v.8(1), p.113-129, 2002.

34. SANT'ANNA, Márcia. *A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.49-58.

35. SANT'ANNA, Márcia. *Patrimônio imaterial e políticas públicas*. In: MIRANDA, Danilo Santos de (Org.). *Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: SESCSP, 2007, p.136-145.

36. SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Angela Marques da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

37. SERRAI, Alfredo. *História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema*. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, 4(2) : 141-161, set. 1975.

38. SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. *Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil*. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

39. UNESCO. *Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas*. Novembro, 1994.

40. VERNANT, Jean-Piere. *A travessia das fronteiras: entre mito e política II*. São Paulo: EDUSP, 2009a.

41. VERNANT, Jean-Piere. *Entre mito e política*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009b.

42. VERNANT, Jean-Piere. *Mito e pensamento entre os gregos: estudo de psicologia histórica*. 2. ed. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1990.

43. YOURCENAR, Marguerite. Memórias de Adriano. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

**Sobre o autor / About the Author:**

1) Fabrício José Nascimento da Silveira

[fabrisilveira@gmail.com](mailto:fabrisilveira@gmail.com)

1) Doutorando em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG. Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG.